



Pacote de Maldades

Depois das Olimpíadas, a conta chegou para o povo

O estado do Rio de Janeiro vive uma crise. A calamidade não é, no entanto, um acidente: é fruto de anos de política pautada nos royalties¹, em gigantescas isenções fiscais, no endividamento para obras faraônicas e na precarização dos serviços públicos. Não é só uma questão orçamentária, é uma crise de modelo de gestão.

O governador e as empresas criaram a crise, mas querem que a população e os trabalhadores paguem por ela. Para eles, a causa da situação atual é o tamanho da folha de pagamento dos servidores, mas nós sabemos que por trás desse discurso estão o desvio de recursos públicos para o enriquecimento ilícito de governantes e empresários, isenções bilionárias, obras superfaturadas e privatizações irresponsáveis. A queda do preço do petróleo e a crise internacional explicam apenas parte dos nossos problemas. A origem principal dessa crise são as escolhas políticas da atual administração, que acumula denúncias de favorecimento dos grandes empresários.

Diante desse cenário, querem fazer do Rio de Janeiro um laboratório de maldades aplicadas em pacotes de austeridade em outros estados. Por isso, é ainda mais fundamental a mobilização popular para impedir a aprovação do pacote na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Nosso recado será uma lição de mobilização e resistência nas ruas.



Montagem da página "Uerj Resiste" sobre charge de Renato Aroeira / Jornal O Dia

Entenda o Pacote de Maldades do Governo do Rio

A “solução” que o governo apresenta para a crise em que nos colocou é o chamado “Pacote de Maldades”. Foram 21 Projetos de Lei do pacote de austeridade enviados pelo Executivo à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), que na prática impõe sacrifícios aos servidores públicos e à população, preservando os ganhos justamente daqueles que são responsáveis pela crise: os grandes empresários e banqueiros. Confira alguns dos ataques propostos pelo governo estadual.



Bilhete Único

Recebeu parecer favorável na Alerj o projeto que reajusta em 15% o Bilhete Único Intermunicipal a partir de janeiro. A passagem que custava R\$ 6,50 passará a R\$ 7,50. O projeto define também o pagamento de passagem das barcas aos moradores de Paquetá e Ilha Grande, hoje isentos. Além disso, cada usuário seria limitado a usar R\$150 mensais em integração de passagens, o que representa grande impacto financeiro para quem mora longe ou pega muitos transportes por dia.

Distribuição de Renda

Extinção do programa Renda Melhor e Renda Melhor Jovem, para famílias atendidas pelo Bolsa Família. Medida feita por decreto será adotada em janeiro de 2017. Projeto também recebeu parecer favorável na Alerj.



Servidores sem reajuste

Os reajustes salariais concedidos a servidores em 2014 e que começariam a ser pagos em 2017 podem ser adiados para 2020. O projeto de lei 2.245/16 é alvo de críticas de diversas categorias e vai ser votado definitivamente em dezembro.



Impostos

Ficarão mais caras as alíquotas de ICMS para energia elétrica (até 27%), serviços de comunicação (de 26% para 28%), operações com gasolina carburante (de 30% para 32%), cerveja (de 17% para 18%) e refrigerantes (de 16% para 17%). As mudanças estão previstas no projeto de lei 2.242/16. Enquanto isso, não se fala em taxar fortunas e lucros.



Moradia

A proposta do governador Luiz Fernando Pezão é acabar com o Aluguel Social, que beneficia 9.450 famílias em 15 cidades. O Ministério Público Estadual emitiu nota técnica em que condena o fim do programa. O benefício deixará de ser pago em junho de 2017, salvo em casos de garantia por decisão judicial. O repasse é de apenas R\$500 por mês, que o Estado paga para famílias removidas de suas casas. Além de não ter oferecido moradia adequada a essas pessoas, o Estado quer agora cortar o “paliativo” criado.



Segurança Alimentar

O Governo quer passar para as prefeituras a responsabilidade do programa Restaurante Cidadão, que oferece 37.578 almoços e 14.064 cafés da manhã. A medida põe em risco a segurança alimentar e nutricional das pessoas, pois se não for do interesse do município mantê-los, os restaurantes serão fechados. Os restaurantes da capital, por exemplo, já foram fechados.



Vitória na luta contra as maldades

Ficou tão feio para o governador que, após protestos, Pezão desistiu da cobrança extra da contribuição previdenciária de servidores, que havia sido encaminhada para a Alerj. O projeto previa aumento da contribuição dos funcionários ativos para a Previdência de 11% para 14%, podendo chegar a 16%. Para os aposentados, que até o momento são isentos, a contribuição passaria a 30%, quase um terço do salário, piorando a condição de vida daqueles que mais precisam.



Dívida para quem?

Na edição 6 do Rio de Gastos, em abril de 2016, o Instituto Pacs alertava para os riscos do endividamento excessivo do Estado com os gastos para a Olimpíada. Foram R\$39,08 bilhões (em dados oficiais) de orçamento público gastos em obras que beneficiaram poucos, em um evento de 28 dias, mas a dívida ficará para todos. Pelo visto, já começamos a pagar essa conta.

Isenções Fiscais: o arrocho não veio para as empresas

NÃO ADOÇA!
TEMOS
ESTÁDIOS,
NÃO TEMOS
HOSPITAIS!

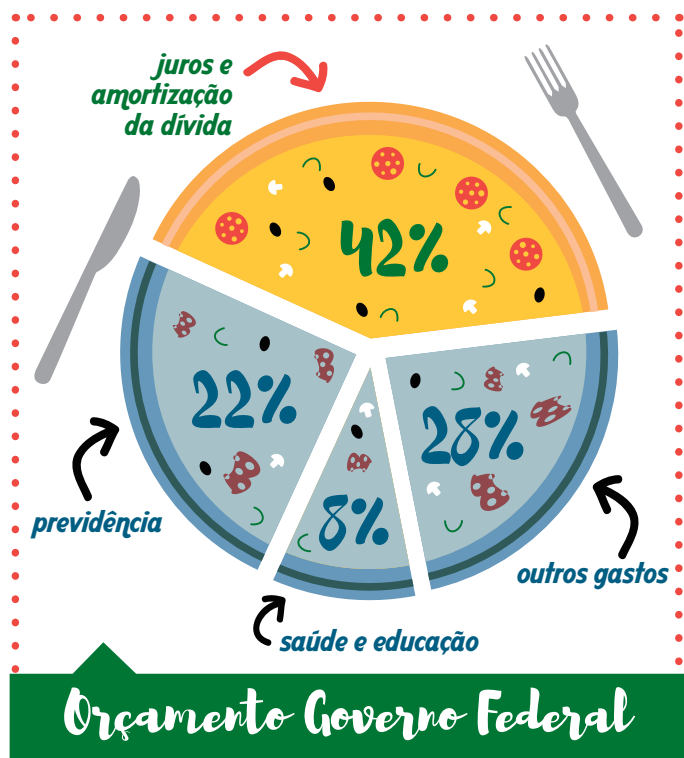
Segundo cálculos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o governo do Rio abriu mão de R\$ 138 bilhões em isenções de ICMS, de 2008 a 2013. As isenções atenderam aos interesses de lucro de parceiros privilegiados dos governantes — como a siderúrgica TKCSA e a cervejaria Petrópolis. Com as isenções fiscais, o Estado deixa de arrecadar em tributos, a fim de “incentivar” certas atividades econômicas.

Trata-se de dinheiro público, que o Estado deixa de receber para incentivar empresas privadas. Nada garante, porém, que elas realizarão os investimentos prometidos. Além disso, ainda existem indícios de fortes ilegalidades no processo, com benefícios inconstitucionais, concedidos

unilateralmente pelos estados para atrair investimentos - a “guerra fiscal”. Os valores correspondem até 80% da renúncia de receita.

Enquanto R\$138 bilhões de receitas foram renunciadas em prol das empresas, o pacote de maldades vai aumentar a receita em menos da metade do déficit estimado de R\$ 52 bilhões. Mais um vez o que se vê é o benefício para as elites, e a conta para o povo pagar. A proposta de uma CPI das Isenções Fiscais na Alerj, prevista para fevereiro, é fundamental para entender melhor a dita “crise”. Os R\$138 bi em isenções pagam todos os servidores do Estado durante 5 anos.

A PEC do Fim do Mundo vai mexer nos seus direitos



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

1- Royalty, na definição do dicionário Aulete, é a parcela do valor de um produto ou serviço que é paga quando se vende ao detentor da patente, da concessão, do direito autoral etc., geralmente em forma de percentagem sobre o lucro ou sobre o preço de venda no mercado (royalties do petróleo; royalty editorial).

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, conhecida como “PEC do Fim do Mundo”, foi proposta pelo governo golpista de Michel Temer para tirar direitos conquistados à base de muita luta.

Para entender como é gasto o orçamento público, imagine uma pizza partida em quatro. Um desses pedaços vai somente para pagamento da dívida pública, ou seja, para banqueiros. Apenas um fiapo vai para para gastos sociais. Com a PEC 55, esse dinheiro, que já era pouco, fica congelado por 20 anos, mas a parte destinada à dívida continua lá, intacto, sem mordidas.

A população vai crescer em 20 anos, mas apenas os que comem um dos pedaços da pizza vão continuar comendo bem a cada ano. Ou seja, a fatia para bancos, fundos de pensão, especuladores e empresários não vai parar de crescer. O “fiapo” dos gastos sociais será o mesmo. É o fim de universidade, hospitais e escolas públicas. Adeus reforma agrária. Por isso é preciso dizer não e não à PEC 55.



Leia mais sobre o tema e saiba por que a PEC é uma ponta para o passado: <http://bit.ly/zfNKvrE>

Dê sua opinião:



[fb.com/PACSIstituto](https://www.facebook.com/PACSIstituto)



[@InstitutoPacs](https://twitter.com/InstitutoPacs)



pacs@pacs.org.br

Expediente Boletim Rio de Gastos

Textos: Julia Bustamante, Sandra Quintela e Thiago Mendes, Edição e revisão: Thiago Mendes e Iara Moura, Projeto Gráfico: Mardônio Andrade, Fotos desta edição: Fernando Frazão/Agência Brasil, Apoio: Fundação Heinrich Böll, DKA Áustria.



Todas as fotos, textos e publicações do Pacs estão sob licença Creative Commons. Todo o material pode ser reproduzido em qualquer meio, sem a necessidade de autorização prévia, desde que citado o Instituto como fonte.

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

www.pacs.org.br

Avenida Henrique Valadares, 23, sala 504

Centro Rio de Janeiro (RJ) CEP 20231-030

Telefone: +55 21 2210.2124

